

ATA NÚMERO 233/XII/3.^a SL

Aos 4 dias do mês de dezembro de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a Ordem do Dia:

1. Audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 175/XII/3.^a (GOV) – “Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro” e dos Projetos de Lei n.º 429/XII/2.^a (PS) – “Incentivos à capitalização das empresas” e n.º 443/XII/2.^a (PS) – Redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 mil e 500 euros de lucros, apoiando as PME”:

10h00 UGT – União Geral dos Trabalhadores

11h00 Dr. Lobo Xavier, na qualidade de Presidente da Comissão para a Reforma do IRC

2. Apreciação e votação das atas n.º 226, 227, 228, 229, 230, 231 e 232, referentes às reuniões de 20, 21, 22, 25, 26, 27 e 28 de novembro, respetivamente.
3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 181/XII/3.^a (GOV) – Procede à sétima alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.
4. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado no que diz respeito à declaração normalizada de IVA [COM(2013)721].
Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).
5. Distribuição de iniciativas europeias.
6. Apreciação da nota de admissibilidade da Petição n.º 304/XII/3.^a, de iniciativa da Comissão de Trabalhadores da Parvalorem: Solicitam que seja encontrada uma

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

solução que permita um enquadramento profissional digno para os trabalhadores da Parvalorem que passe pela sua integração na Caixa Geral de Depósitos.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

7. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.
8. Apreciação dos Relatórios das audiências concedidas ao SITIC – Sindicato Independente dos Trabalhadores da Informação e Comunicações e a delegações da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Nacional de Cabo Verde e da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.
9. Outros assuntos.

-
1. **Audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 175/XII/3.^a (GOV) – “Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro” e dos Projetos de Lei n.º 429/XII/2.^a (PS) – “Incentivos à capitalização das empresas” e n.º 443/XII/2.^a (PS) – Redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 mil e 500 euros de lucros, apoiando as PME”:**

UGT – União Geral dos Trabalhadores

O Senhor Presidente da Comissão iniciou os trabalhos, dando as boas-vindas às Senhoras e Senhores Deputados presentes, bem como à delegação da UGT – União Geral dos Trabalhadores, após o que enquadrou a audição no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 175/XII/3.^a \(GOV\)](#) - "Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro" e dos Projetos de Lei [n.º 429/XII/2.^a \(PS\)](#) - "Incentivos à capitalização das empresas" e [n.º 443/XII/2.^a \(PS\)](#) - "Redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 mil e 500 euros de lucros, apoiando as PME".

A UGT efetuou uma intervenção inicial, na qual explanou a sua posição sobre as iniciativas legislativas em apreciação, dando conta do seu acordo e do seu desacordo quanto a diferentes matérias das iniciativas.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Em sede de debate, usaram da palavra os Senhores Deputados João Galamba (PS), Cristóvão Crespo (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo a delegação da UGT respondido ao conjunto de questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente agradeceu a colaboração da UGT e as informações prestadas, após o que deu por concluída a [audição](#).

Dr. Lobo Xavier, na qualidade de Presidente da Comissão para a Reforma do IRC

O Senhor Presidente da Comissão reiniciou a reunião dando as boas-vindas ao Dr. Lobo Xavier, enquanto Presidente da Comissão para a Reforma do IRC, e ao Dr. José Fernandes, membro da Comissão presente na audição, tendo recordado o enquadramento da audição no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 175/XII/3.ª \(GOV\)](#) - "Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro" e dos Projetos de Lei [n.º 429/XII/2.ª \(PS\)](#) - "Incentivos à capitalização das empresas" e [n.º 443/XII/2.ª \(PS\)](#) - "Redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 mil e 500 euros de lucros, apoiando as PME".

O Dr. Lobo Xavier usou da palavra para uma alocução inicial, recordando o mandato e objetivos da Comissão, bem como as principais propostas dela emanadas em matéria de reforma do Código do IRC.

Em sede de debate, usaram da palavra os Senhores Deputados João Galamba (PS), Cristóvão Crespo (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o Dr. Lobo Xavier intervindo para responder às questões colocadas. Efetuou, ainda, uma interpelação à mesa o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), solicitando a entrega ao Dr. Lobo Xavier de dados estatísticos publicados pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente agradeceu a colaboração do Dr. Lobo Xavier e as informações prestadas, após o que deu por concluída a [audição](#).

2. Apreciação e votação das atas n.º 226, 227, 228, 229, 230, 231 e 232, referentes às reuniões de 20, 21, 22, 25, 26, 27 e 28 de novembro, respetivamente.

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

- 3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 181/XII/3.^a (GOV) –**
Procede à sétima alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que
estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito
no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da
disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

Apreciadas as propostas de alteração apresentadas por PSD/CDS-PP e PS à [Proposta de Lei n.º 181/XII/3.^a \(GOV\)](#), a Comissão procedeu à discussão e votação da iniciativa na especialidade. O registo das propostas de alteração, do respetivo quadro comparativo, do Relatório de Votações e do Texto Final (incluindo a republicação) pode ser consultado na [página internet](#) da Comissão.

- 4. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Diretiva do Conselho que altera**
a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor
acrescentado no que diz respeito à declaração normalizada de IVA
[COM(2013)721].

Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

- 5. Distribuição de iniciativas europeias.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

- 6. Apreciação da nota de admissibilidade da Petição n.º 304/XII/3.^a, de iniciativa da**
Comissão de Trabalhadores da Parvalorem: Solicitam que seja encontrada uma
solução que permita um enquadramento profissional digno para os trabalhadores
da Parvalorem que passe pela sua integração na Caixa Geral de Depósitos.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

7. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

8. Apreciação dos Relatórios das audiências concedidas ao SITIC – Sindicato Independente dos Trabalhadores da Informação e Comunicações e a delegações da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Nacional de Cabo Verde e da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

9. Outros assuntos.

Não foram suscitados outros assuntos.

A reunião foi encerrada pelas 14:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de dezembro de 2013

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Norte
Hortense Martins
Maria das Mercês Borges
Michael Seufert
Nuno Serra
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Frasquilho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
Nuno Reis
Sónia Fertuzinhos